

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2019

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**ASSUNTO:** PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003, QUE INSTITUI O LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO MEDIANTE CADASTRO NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### PARECER

A presente proposição tem por finalidade estabelecer as atividades de baixo impacto ambiental, conforme Anexo I, que poderão aderir a procedimentos simplificados, como o Licenciamento Ambiental Simplificado proposto neste Projeto.

Preliminarmente, estando o Projeto em regime de urgência simples, tratou de matéria que demandou certo tempo para ser analisado, principalmente porque houveram diversos questionamentos por parte dos Vereadores quanto a suposta existência de disparidade quando da estipulação das tabelas e seus enquadramentos.

O parecer seguirá observando a estrita legalidade, com respaldo nas informações aqui apresentadas, não adentrando nas questões de mérito que incumbirá aos nobres Edis.

Continuando, sabemos que é competência também, dos Municípios atuar nesta modalidade de assunto advindo da repartição Constitucional, vez que lhe compete suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber (art. 30, inc. II da CRFB/1988).

A Lei Complementar nº 140/2011, por meio do art. 9º, inc. XIV< alíneas “a” e “b”, reitera a competência do Município para realizar este processo de licenciamento ambiental.



O licenciamento ambiental, que é definido legalmente como “procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. (Art. 1, inc. II da LC nº 140/2011. E como resultado deste procedimento de controle e aferição atinge-se a emissão de das licenças ambientais cujas definições legais seguem arroladas na Resolução do CONAMA nº 237/1997, art. 8º, inc. I até III.

*Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:*

*I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;*

*II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;*

*III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.*

O Projeto de lei pretende instituir o licenciamento ambiental simplificado para atividades de menor impacto ambiental. Trata-se, na hipótese, de exercício, pelo município, de competência para promover o licenciamento pautado pelo critério do impacto local, que, porém, **só poderá ser desempenhado se houver regulamentação do Conselho Estadual de Meio Ambiente**. Caso haja interesse, os vereadores poderiam aferir os pontos desta regulamentação para que possam melhor se embasar.

O nosso Município detém competência para promover o licenciamento ambiental dos empreendimentos de impacto ambiental local, observada a tipologia prevista no Anexo Único, da Resolução nº 85/2014, do CONSEMA. **É possível confirmar acessando o site da SEMA, onde consta o nome do Município de Campo Novo do Parecis.**



A matéria foi debatida em âmbito municipal em reuniões, e, recebeu a chancela do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA, o qual segue em anexo para aferições.

Dentre as documentações que acompanharam o Projeto, Apresentou o demonstrativo do cálculo da renúncia de receita referente ao respectivo projeto que pela leitura observa-se como renúncia, há diminuição de valores da Taxa de Licenciamento Ambiental.

Afirmou o senhor prefeito juntamente com sua equipe técnica que, o impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei, será compensado pela Margem de Expansão tributaria, *não afetando assim, as metas de Resultados Primário e de Resultado Nominal da LDO 2019.*

*Sugiro aos nobres vereadores que, busquem mais informações nesta órbita junto a Assessoria Contábil desta Casa de Leis* que possui competência técnica para analisar se o declarado é verdade, e assim, ajudar a fundamentar e orientar as decisões relativas ao contexto financeiro e orçamentário Municipal referente a demanda.

Na ocorrência de renúncia de receita devem estar presentes os requisitos da LRF.

No início do parecer argumentei sobre os diversos questionamentos realizados pela Casa, quanto *a suposta existência de disparidade* quando da estipulação das tabelas e seus enquadramentos. Ao que se entendeu o “o “pequeno” em certos pontos, estaria pagando o mesmo que o “grande” ou vise e versa.

Oportunamente, caso entendam necessário, **SUGIRO** aos nobres vereadores que, busquem junto a Assessoria Contábil desta Casa de Leis, a qual possui competência técnica para confirmar se tais argumentações são positivas ou negativas, pois para afirmar tais argumentações é necessário estudos e reuniões que tragam uma análise detalhada e comparativos com cálculos precisos que embasem a suposição. Depois, quando os vereadores chegarem a uma estipulação de “enquadramento” que seja razoável e proporcional o projeto poderá ser levado a frente.

Qualquer coisa que seja contrária a razoabilidade e proporcionalidade provocará efeito ilegal.





Face ao exposto, entendo que a proposição em análise é LEGALMENTE possível, com a ressalva de que cabe aos senhores VEREADORES, em um juízo de valor, analisarem o MÉRITO, verificando se o que se pretende se coaduna com a razoabilidade, realidade, necessidade e capacidade do Município.

É o parecer, s.m.j.

Campo Novo do Parecis, MT, 26 de junho de 2019.

Everly Soares Rosiak

  
**Advogada OAB/MT 17.866-O**  
**Assessora Jurídica**